

A Epigrafia

uma arqueociência?

José d'Encarnação^{a, @}

^aCentro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património
 @Contacto: jde@fl.uc.pt

Resumo

Dado o seu carácter interdisciplinar, pode a Epigrafia ser também incluída no número das arqueociências.

Exemplifica-se aqui essa característica, mediante a análise dos monumentos epigráficos romanos que têm sido atribuídos ao território do actual concelho de Silves, chegando-se à conclusão que se torna duvidosa essa atribuição e mesmo a afirmação, baseada em fontes antigas, de que o pedestal a Júpiter (IRCP 60) foi achado em S. Bartolomeu de Messines carece de uma fundamentação real, dada a ausência de outros vestígios romanos que a sustentem.

Palavras-chave

Epigrafia | arqueociência | Silves | monumentos epigráficos

Abstract

Epigraphy, as an Humanities' science, is also a multidisciplinary science. The analysis of an epigraphic document isn't only an historic analysis but it needs, really, the contributions of Geography, Archaeology, Botanic, Geology, for example.

This paper objectifies the specific character of this science, by the study of the epigraphic roman monuments a long time ago attributed to the Silves' territory. It's possible that, in reality, they aren't discovered here; and also the remarkable inscription dedicated to *Iuppiter Optimus Maximus*, eventually found at S. Bartolomeu de Messines (IRCP 60), could be found in another place, because aren't there, till now, roman evidences.

Keywords

Epigraphy | 'archaeosciences' | Silves | epigraphic monuments

1. Introdução

A pergunta «poderá a Epigrafia entrar no rol das arqueociências?» soará porventura estranha, uma vez que os estudos epigráficos claramente se situam no âmbito das Ciências Sociais e Humanas e o conceito de «arqueociência» tende a qualificar as ciências ditas «exactas», a que se recorre para melhor se enquadrarem os dados arqueológicos: a Ceramologia, a Metalurgia, a Geofísica, a Antropologia. . .

Ora acontece que, no seio das Ciências Humanas, a Epigrafia, como estudo da escrita em cerâmica, em pedra, em metal e, até, em ossos. . . acaba por lidar com todas essas ciências. Na verdade, ao analisar-se uma epígrafe, ter-se-á de procurar definir com rigor o material de suporte, o local e as circunstâncias do seu achamento, as características tipológicas e será, amiúde, do enquadramento espacial que vão retirar-se conclusões acerca do povoamento de determinada região em determinada época e acerca dos elementos populacionais que o integram.

Por consequência, sendo a Epigrafia uma ciência largamente interdisciplinar, cujo objecto de estudo se situa habitualmente em contexto arqueológico, não será despropositado incluí-la também no âmbito das arqueociências.

As linhas que se seguem, onde se dá conta dos monumentos epigráficos romanos até ao momento atribuídos ao território do actual concelho de Silves, poderão ratificar, assim, pelas considerações que nos merecem, a oportunidade do conceito.

Tivemos ocasião (Encarnação e Gonçalves, 2011) de esclarecer que só uma leitura apressada dos manuscritos levava Frei Vicente Salgado (1786, 305) a atribuir a Silves «três únicos testemunhos romanos que nos asseguram antiguidade». Acrescenta o frade que deles tomou conhecimento através do livro de Grutero (1707), e que, tendo feito «as maiores diligências», quando ali residiu, «por descobrir as pedras que tinham gravadas estas inscrições», nunca lhe fora possível encontrá-las. Não admira, pois, que nenhuma delas provenha de Silves ou do seu aro, como demonstrámos.

De uma outra epígrafe se chegou a suspeitar ser de Silves, pois que Emílio Hübner – o epigrafista alemão que, em meados do século XIX, ao serviço da Academia de Ciências de Berlim, esteve em Portugal para elaborar o *corpus* das inscrições romanas – a encontrou no interior da pasta CXXIX/1-13 p. XL, de Frei Manuel do Cenáculo, guardada na Biblioteca Pública de Évora, pasta que contém «uma relação dos letreiros que se acham em letra gótica nas sepulturas da Sé da cidade de Silves todos em mármore» e, dentro, embora não referido no texto, estava, desgarrado, o desenho de uma placa moldurada, completa, com diagonais marcadas aos cantos (cf. IRCP, p. 295). Apesar da dúvida, deu-lhe o nº 79 no seu *corpus* (CIL II 79); mas trata-se, na verdade, do epitáfio que ele próprio dera como proveniente da região de Leiria (ou de *Collippo*), sob o nº 346 – e, de facto, daí é.

Por conseguinte, a epigrafia romana atribuível ao território de Silves cinge-se a quatro monumentos: três da colecção de Mascarenhas Júdice, depositados no Museu Municipal Dr. José Formosinho, de Lagos, e o pedestal recuperado por Frei Manuel do Cenáculo, que o apresenta sob o nº 22 no seu manuscrito, com a indicação, transcrita por Hübner, de que provém de «S. Bartolomeu de Messines na serra de Monchique». Cenáculo incorporou-o na sua colecção, que levou para o palácio episcopal, em Beja, e daí para Évora, encontrando-se cedido, desde 1990, ao Museu Municipal de Silves.

2. O contexto original – uma questão a levantar

É sabido que uma epígrafe vale por si; contudo, se se desconhecer o contexto original para que foi pensada ou mesmo o local de achamento e as circunstâncias em que dela se tomou conhecimento, boa parte do seu significado histórico fica prejudicada. Lugar e tempo são duas coordenadas fundamentais, imprescindíveis para qualquer documento histórico.

Pedro Paulo Mascarenhas Júdice (1875-1944) foi um curioso local, conforme Maria José Gonçalves já assinalou, nomeadamente dando conta da correspondência travada entre ele e José Leite de Vasconcelos (Gonçalves e Zekri 2008, 366-372). No entanto, não há nessa troca de cartas nenhuma referência às três epígrafes do Museu de Lagos, o que se compreende, pois a Leite de Vasconcelos interessava apenas o que pudesse ser depositado no seu museu de Belém e, por conseguinte, até o próprio Mascarenhas Júdice se inibiria, como adiante se verá, de lhes fazer qualquer menção, para não criar antinomias. Daí também que Leite de Vasconcelos seja omissos – não ousarei dizer que «voluntariamente omissos»... – em relação à epigrafia romana de Silves. Na verdade, só faz referência à inscrição de S. Bartolomeu de Messines, citando Hübner (1913: 225); e, por exemplo, quando trata dos testemunhos do culto a Diana, apenas alude à dedicada por *Fonteius Filomusus*, de Loulé (1913, 236-237), acrescentando expressamente: «É esta, que eu saiba, a única inscrição nossa, respeitante a Diana».

Escreve Maria José Gonçalves (2008, 363) que este «benemérito silvense» depositou «no Museu Etnológico Português quantidade significativa de antigualhas, provenientes sobretudo de Silves, mas também doutros locais do Algarve». Acrescentou, contudo, na mensagem que me enviou por correio electrónico, a 2 de Março de 2011, que da análise da referida correspondência podia, na verdade, concluir-se que não está aí documentada uma origem das peças do aro de Silves. Júdice era um coleccionador e, ainda por cima, agrónomo – o que o levaria, sem dúvida, a calcorrear o território algarvio: «Pelo que percebi, através da leitura das cartas referidas, o PPMJ tinha objectos das mais distintas proveniências». Além disso, «tinha

um irmão, industrial das conservas a viver em Olhão, que detinha muitos contactos para o Sotavento e que serviu de intermediário para a obtenção de diversos objectos daquelas bandas». Ora este é um dado importante a reter para se esclarecer a proveniência das peças depositadas no Museu de Lagos, seguramente após terem esfriado as relações entre ambos.¹

Quando, em 1953, Abel Viana, José Formosinho e Octávio da Veiga Ferreira fazem o primeiro balanço dos objectos antigos guardados no Museu de Lagos, escrevem, em relação a cada uma das três peças epigrafadas romanas aí existentes, que eram da colecção de Pedro Júdice e, por isso, como ele recolhia objectos de achados ocasionais, acham que poderão mencionar como local de proveniência dessas epígrafes: «possivelmente em Silves ou perto».

Por consequência, em 1984, limitei-me a dar essa informação «Silves ou arredores» nas fichas das inscrições IRCP 57 (p. 103-104), 71 (p. 120-121) e 72 (p. 121-122), até porque Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos, que minuciosamente se debruçara sobre os vestígios romanos do Algarve, não expressara quaisquer dúvidas a tal respeito (1972, 95-97).

Cumpre, pois, interrogarmo-nos.

3. As epígrafes

3.1 Do Museu Municipal de Lagos

Com o n.º de inventário 2360, a árula (39 x 18 x 18 cm) dedicada a Diana – tem apenas DIANAE / SACRVM, «consagrado a Diana» – mereceu-me duas reflexões (1984, 104). A primeira é a ausência de dedicante; a segunda: «A circunstância de apresentar, como decoração, a pátera e o jarro, de significado mais funerário que votivo, pode conotar a divindade mais com o culto dos mortos do que com as práticas venatórias, bem patentes nos monumentos seguintes». Ora, os ‘monumentos seguintes’ provêm do termo de Loulé: um (IRCP 58) foi encontrado encastrado na torre da igreja matriz de S. Clemente e o outro (IRCP 59) é dado como achado no Sítio da Retorta (Boliquireme, Loulé). Pela tipologia e pelo tipo de letra e pelo que nos resta da inscrição do segundo, considere-os produzidos na mesma oficina.

Está o primeiro desses dois monumentos dedicado a uma divindade identificada pelas siglas D · S · S. Por ter como decoração lateral um arco de caça e uma aljava, creio não ser arriscado ver no D a sigla de D(*ianae*), seguida de um epíteto, que poderá ser o mais vulgar S(*anctae*) ou, ainda, S(*ilvestri*), outras vezes documentado. Que o dedicante de IRCP 59 seja o mesmo também não parece susceptível de discussão; continuo, porém, a perfilhar a ideia de que, até por isso, outra tenha sido a divindade homenageada, fenómeno que não era raro.²

Atendendo a todas estas circunstâncias, afigura-se-me ser passível de vir a identificar-se em Loulé um sítio capaz de ter sido local de culto, no tempo dos Romanos. E aí ficaria bem a árula consagrada a Diana, ainda que, precisamente devido à ausência de dedicante e à simbologia funerária da sua decoração, a possibilidade de ter sido pensada para *lararium* familiar de uma *villa* (Encarnação 2003, 157-158)³ seja mais verosímil ainda – e, neste caso, os vastos vestígios patentes em Torre de Apra constituem sérios candidatos para a sua inclusão (cf. Encarnação 2001-2002 e 2008).

¹ Transcrevo de Gonçalves e Kefri (2008, 372): «As últimas cartas são bastante mais espaçadas no tempo. Nos últimos oito anos, apenas se registam seis e o tom amistoso e até entusiástico inicial é substituído por um discurso cordial mas mais distante. Parece-nos que a relação próxima que se instituiu no início da década de 20 com frequentes visitas de Mascarenhas Júdice a Belém, se dissipa na década seguinte. É provável que os enormes afazeres que tinha Leite de Vasconcelos não lhe deixassem dedicar a Mascarenhas Júdice o tempo que este julgava merecer. A correspondência da fase final evidencia algum queixume nesse sentido e, a menos que se tivesse perdido, não existe documentação epistolar desde 1933 até à morte de ambos, ocorrida em 1941 (Leite de Vasconcelos) e 1944 (Pedro Paulo Mascarenhas Júdice)».

² Recorde-se, a título de exemplo, o caso de *Caius Cantius Modestinus* que, em Bobadela e na *civitas Igaeditanorum*, mandou erigir templete a Vítória, a Vénus, a Marte e ao Génio do Município (Mantas, 1988). Um dos casos para mim ainda mais significativo é o de *Caius Caesius Sabinus*, que, em Sarsina, na Itália, dedica cinco bases «encimadas por *signa*, a diversas divindades no interior de um santuário sem dúvida por ele erigido dentro da cidade» (Susini 1985, 108, figuras 38 a 42); curiosamente, só uma traz o seu nome por extenso, nas outras vem em siglas. As divindades são os Deuses Públicos, Apolo, Júpiter Ótimo Máximo, Minerva e *Spes* (Esperança).

³ Aproveite-se o ensejo para corrigir uma gralha saída na p. 158, l. 2: deverá referir-se ‘simbólica consagração’ (e não simbiótica, como por lapso veio publicado).

Figura 1. IRCP 71



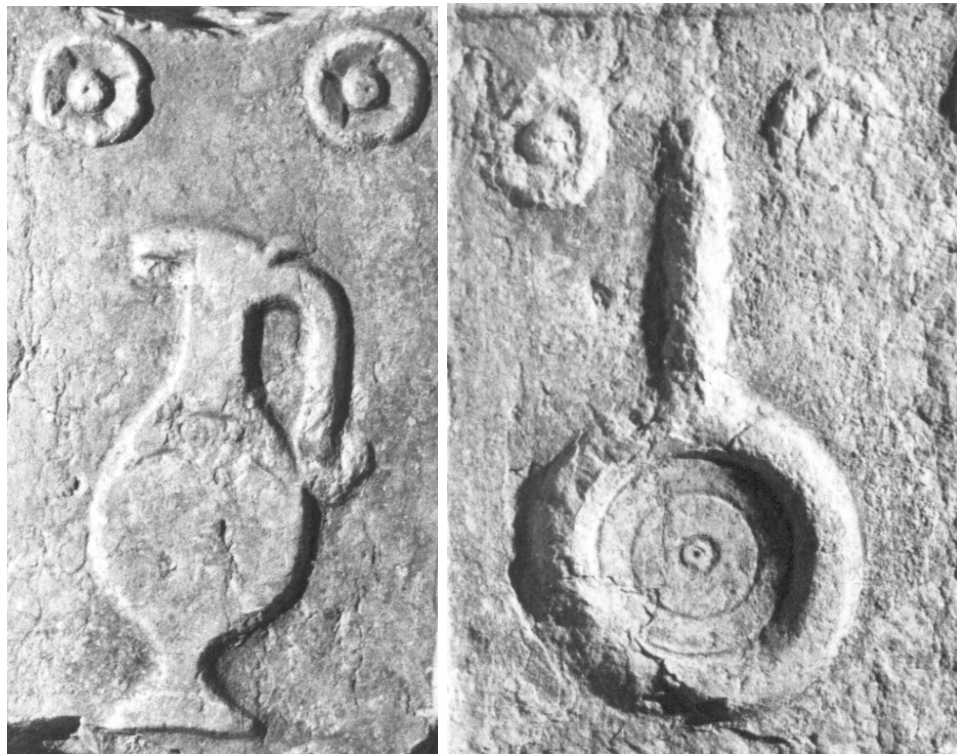
Figura 2. Grinalda da epígrafe da fig. 1



Figura 3. IRCP 72



Figura 4. IRCP 72



(a) Jarro de IRCP 72

(b) Pátera de IRCP 72

Quanto às duas inscrições funerárias (IRCP 71 e 72 – Fig. 1 a 4), a possibilidade de serem da Quinta de Marim (Quelfes, Olhão) afigura-se-me, agora, plausível, quer atendendo à referida circunstância de Mascarenhas Júdice ter em Olhão um irmão, quer, sobretudo, pela decoração vegetal e algo exuberante (rosetas, grinaldas...), que encontra paralelos nas epígrafes desse notável sítio arqueológico de há muito conhecido, donde veio uma vintena de epígrafes (IRCP 37-55); e, ainda, por alguns tiques de formulário, como o uso de *vixit* e a pormenorização da idade: *Publia Aemilia Catullina* viveu 41 anos e 7 dias...

Resta-nos, pois, o pedestal de S. Bartolomeu de Messines (IRCP 60), cuja importância documental – ainda que já por diversas vezes salientada (Encarnação 2003, 158-160) – nunca será de mais acentuar. O preciosismo da decoração; o pretexto de magnífica dedicatória feita por Lúcio Atílio Atiliano e Artúlia Severa ao deus maior dos Romanos servir de *in memoriam* do seu *filius pientissimus*, Lúcio Atílio Máximo Severiano, provavelmente desaparecido na flor da idade; o facto de a estátua do deus, possivelmente de bronze, ter sido revestida a prata, cujo peso, em libras, estaria expresso, mas cuja informação a fractura levou: *ex argenti lib(ris)* [...] – tudo isto me leva a reiterar o apelo:

«Constituindo o vestígio mais meridional do culto a Júpiter Ótimo Máximo, implica doravante uma atenção redobrada; haverá sinais na paisagem, haverá por esses muros muitas pedras romanas com letras.

Um pouco de tacto e muita atenção, portanto, no desfazer de casas e no escafelar de vetustas paredes – porque, não haja dúvidas [...], temos a certeza dessa Silves romana com muita descoberta por fazer!» (2003: 103).

4. Conclusão

Retomo, por conseguinte a ideia inicial: é a Epigrafia, a ciência epigráfica, passível de ser considerada também uma «arqueociência».

É que, na verdade, os argumentos utilizados na breve análise que acabou de fazer-se basearam-se não tanto no texto epigráfico propriamente dito, mas muito mais na tipologia dos monumentos e no contexto original para que terão sido pensados. E permitiram levantar hipóteses que a mera análise epigráfica não lograria propor.

5. Bibliografia

CIL II = HÜBNER, Emílio (1869 e 1892) – *Corpus Inscriptionum Latinarum – II*. Berlim: Academia das Ciências.

ENCARNAÇÃO, José d' (2001-2002) – A história de uma escrava romana, *Al'ulyã* (Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé) 8 23-33. <http://hdl.handle.net/10316/81371>

ENCARNAÇÃO, José d' (2003) – Sobre a epigrafia romana do Algarve, *Xelb* 4 151-160. <http://hdl.handle.net/10316/100465>

ENCARNAÇÃO, José d' (2008) – Epígrafes romanas de Loulé – histórias antigas por desvendar!, *Al- 'ulyà* 12 23-33. <http://hdl.handle.net/10316/10743>

ENCARNAÇÃO, José d' e GONÇALVES, Maria José (2011) – *Cilpes/Cilpis/Xilb/Silves?* – Para uma discussão antiga um novo contributo. A inscrição de Silves evocativa do Templo de Neptuno. *Espacio Tiempo y Forma* série II (História Antigua) 26 2013 255-276. <http://hdl.handle.net/10316/25153>

GONÇALVES, Maria José e ZEKRI, Mostafa (2008) – Acerca de uma antigualha oferecida ao *Museu Ethnológico Português*: um molde de amuleto inédito, proveniente de Silves islâmica, *O Arqueólogo Português*, série IV, 26 363-384.

GRUTERUS, Ian (1707) – *Inscriptiones Antiquae Totius Orbis Romani*. . . Amesterdão.

IRCP = ENCARNAÇÃO, José d' (1984), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia.

MANTAS, Vasco Gil (1993) – Evergetismo e culto oficial: o construtor de templos *C. Cantius Modestinus*. In GÓMEZ PALLARÈS, Josep e MAYER, Marc (coord.), *Religio Deorum*. Actas del Coloquio Internacional de Epigrafía: *Culto y Sociedad en Occidente* (Tarragona 1988), Sabadell, pp. 227-250.

SALGADO, Frei Vicente (1786) – *Memórias Eclesiásticas do Reino do Algarve*. Lisboa.

SANTOS, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos (1971 e 1972) – *Arqueologia romana do Algarve*. 2 vol. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

SUSINI, Giancarlo (1985) – Scrittura e produzione culturale: dal dossier romano di Sarsina, *Cultura Epigrafica dell'Appennino*, Faenza, 71-139.

VASCONCELLOS, José Leite de (1913) – *Religiões da Lusitânia*. 3.º vol., Lisboa.

VIANA, Abel, FORMOSINHO, José, e FERREIRA, Octávio da Veiga (1953) – De lo prerromano a lo arabe en el Museo Regional de Lagos, *Archivo Español de Arqueología* 26 113-138.